INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL
SEMANA 26/04 A 30/04



Sistema CNDL
CNDL FCDL CDL CDL Jovem SPC BRASIL

CENÁRIO

A semana passada foi marcada pela aprovação do PLN 2/2021 pelo Congresso Nacional e sanção em Lei pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, o qual alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 para possibilitar a reedição de medidas de combate à pandemia sem a necessidade de apontar medidas compensatórias no orçamento. E no STF a maioria votou para manter decisão que considerou o juiz Sergio Moro parcial no julgamento de Lula. Apesar de restarem ainda dois votos, uma virada não é mais possível. Confirmado o resultado, reafirma-se o caminho de Lula na tentativa de se reeleger em 2022.

Com a sanção em Lei Orçamentária 2021, o clima nos ministérios tensionou em função dos cortes feitos para acomodar um Orçamento generoso em emendas parlamentares, houve veto a R$ 19,767 bilhões, cancelados definitivamente, e bloqueio adicional de R$ 9,3 bilhões em despesas discricionárias, que podem ser liberados no decorrer deste ano. Os maiores bloqueios foram nos ministérios da Educação (2,7 bilhões), Economia (R$ 1,4 bilhão) e Defesa (R$ 1,3 bilhão).

No final de semana o presidente da Câmara, dep. Arthur Lira (PP/AL) em suas redes sociais, fez indicação de que a versão inicial do texto da reforma tributária será publicada na próxima segunda, dia 3 de maio. Lira destacou que o objetivo é discutir com a sociedade, fazer consultas públicas, receber as críticas e os aprimoramentos. Ainda na semana passada, Lira recusou-se a assinar a prorrogação dos trabalhos da comissão mista, esse movimento sinalizou que o diálogo com o Senado Federal tem ruídos na temática. Lira também acredita que a reforma administrativa deverá ser aprovada primeiro.

É esperado que o governo federal reedite nessa semana algumas das medidas adotadas em 2020, como o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, que

possibilita a redução proporcional de jornada e salário, além de dar continuidade ao Pronampe.

Na Câmara dos Deputados a pauta ainda não tinha sido publicada até o final dessa segunda-feira, mas há expectativa de que o texto do projeto de lei de Defesa do Estado Democrático de Direito, que substituirá a Lei de Segurança Nacional, seja apresentado pela relatora e os deputados deem início à discussão.

Já no Senado Federal, terá além da instalação da CPI da Pandemia da Covid, uma pauta de votações focada na área da saúde, tendo pautado projetos referente à quebra de patentes de vacinas e medicamentos relacionados à pandemia, além de um projeto que deverá vedar reajustes de preços de medicamentos. Quanto à CPI, será feita a instalação do colegiado e a eleição de presidente e vice, além da indicação de quem deverá ser o relator. Omar Aziz (PSD/AM) deverá comandar o colegiado, com Randolfe Rodrigues (REDE/AP) como vice, e o acordo é para a indicação de Renan Calheiros (MDB/AL) como relator.

PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEGUNDA-FEIRA (26)

14h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - AUDIÊNCIA PÚBLICA

TEMA: "Audiência pública para debater a admissibilidade da PEC 32/2020"

1) CAIO MÁRIO PAES DE ANDRADE (Confirmado)
Secretário especial da Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (MECO)
2) VICENTE MARTINS PRATA BRAGA (Confirmado)
Presidente ANAPE - Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF

3) EMANUEL DE ABREU PESSOA (Confirmado)
Advogado e Professor
4) MARIA LÚCIA FATTORELLI (Confirmada)
Auditoria Cidadã da Dívida
5) FAUSTO AUGUSTO JÚNIOR - Coordenador-Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE - (Confirmado)
6) FRANCISCO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI - Diretor e professor titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - (Confirmado).

TERÇA-FEIRA (27)

9h30 - Comissão De Trabalho, Administração E Serviço Público E Energia (CTASP)

PL 2942/2011 - Cria o Programa Federal de Incentivo ao Trabalho Educativo - PROJOVEM para assegurar estágio remunerado.
Autora: Flávia Morais (PDT-GO)
Relator: André Figueiredo (PDT-CE)
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 450/2015 - Institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 123 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), de 14 de dezembro de 2006, na forma que especifica.
Autor: Júlio Delgado (PSB-MG)
Relator: Mauro Nazif (PSB-RO)
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 2548/2015 - Altera-se dispositivos da Lei nº 11.788, de 25

de setembro de 2008, o qual dispõe a respeito dos estágios dos estudantes e dá outras providências. dos estudantes e dá outras providências.
Autor: Augusto Carvalho (SD-DF)
Relator: Lucas Gonzalez (NOVO-MG)
Posicionamento: Contrário ao Parecer e ao Projeto

PL 6323/2016 - Dá nova redação a dispositivos do art. 790, 790-B, 844 e 899 e acrescenta um art. 844-A à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre processo do trabalho.
Autor: Mauro Lopes (PMDB-MG)
Relator: André Figueiredo (PDT-CE)
Posicionamento: : Contrário ao Parecer e ao Projeto

PL 8303/2017 - Suprime o art. 442-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
Autor: André Figueiredo (PDT-CE)
Relatora: Flávia Morais (PDT-GO)
Posicionamento: Contrário ao Parecer e ao Projeto de Lei.

PL 3083/2019 - Altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa.
Autor: Marcos Pereira (PRB-SP)
Relator: Silvio Costa Filho (REPUBLIC-PE)
Posicionamento: Favorável ao Parecer

13h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

PEC 32/2020 – Reforma Administrativa. Votação de 80 requerimentos sobre as agendas de audiências públicas.



PL 7239/2010 - Acrescenta art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", para regular a interrupção da prestação de serviço público por inadimplência e inscrição de usuário inadimplente em cadastro público de devedores.
Autor: do Senado Federal - Antônio Carlos Valadares(PSB-CE)
Relatora: Fernanda Melchionna (PSOL-RS)
Posicionamento: Neutro ao parecer apresentado.

QUARTA-FEIRA (28)

9h - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

A pauta será divulgada, oportunamente, com as proposições remanescentes da pauta anterior.

9h - Comissão De Ciência E Tecnologia, Comunicação E Informática (CCTCI)

REQ 37/2021 - Requer realização de audiência pública para debater o corte nas verbas do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Autores: Nilto Tatto (PT-SP) , Beto Faro (PT-PA) , Merlong Solano (PT-PI) , Leo de Brito (PT-AC) , Vander Loubet (PT-MS)
Posicionamento: Acompanhamento

REQ 38/2021 - Requer a realização de audiência pública para debater as consequências de uma privatização do sistema de processamento de dados do governo federal: SERPRO e DATAPREV.
Autor: André Figueiredo (PDT-CE)
Posicionamento: Acompanhamento



13h – Comissão DES. Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS)

PLP 452/2017 - Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a dedução de despesas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte com patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.
Autor: Flaviano Melo (PMDB-AC)
Relator: Helder Salomão (PT-ES)
Posicionamento: Favorável ao Parecer

PL 6003/2019 - Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que "Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências", para incluir o art. 60-A, com o objetivo de dispor sobre a gratuidade na baixa de empresas que não apresentem qualquer atividade por, no mínimo, 3 (três) anos.
Autor: Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)
Relator: Geninho Zuliani (DEM-SP)
Posicionamento: Contrário ao Projeto. O Parecer é menos prejudicial, mas ainda acarreta insegurança ao empreendedor.

PL 448/2019 - Regulamenta limite máximo de comissão cobrada pelas empresas de transporte remunerado privado individual.
Autor: Igor Timo (PODE-MG)
Relator: Alexis Fonteyne (NOVO-SP)
Posicionamento: Favoráveis ao Parecer e Contrários ao Projeto de Lei



PL 4393/2020 - Altera as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, para criar benefícios para as empresas que contratem planos privados de assistência à saúde para seus empregados.
Autor: Osires Damaso (PSC-TO)
Relator: Otto Alencar Filho (PSD-BA)
Posicionamento: Contra o Parecer / Favoráveis ao Projeto

16h - Audiência Pública conjunta entre CDEICS e CTASP para debater os Pls nº 7.488/2017 e 591/2021:

PL 7.488/2017 - Altera a Lei nº 6.538 de 1978, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para extinguir o monopólio dessas atividades.
PL 591/2021 Dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.
Iniciativa: Deputados Alexis Fonteyne (NOVO/SP), Helder Salomão (PT/ES), José Ricardo (PT/AM), Zé Neto (PT/BA).

13h Comissão De Segurança Pública E Combate Ao Crime Organizado (CSPCCO)

PL 3154/2015 - Dispõe Sobre Vigilantes Nas Áreas De Estacionamento De Estabelecimentos Comerciais.
Autor: Cleber Verde (PRB-MA)
Relator: Lincoln Portela (PL-MG)
Posicionamento: Contra o Parecer; Contra o Projeto



QUINTA-FEIRA (29)

10h - Comissão De Defesa Do Consumidor (CDC)

Audiência Pública - Tema: Preço dos Medicamentos
Requerimento nº 17/2021 - Deputado Celso Russomanno
Convidados:
Juliana Oliveira Domingues - Secretária Nacional do Consumidor – SENACON
Antônio Barra Torres - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
Romilson de Almeida Volotão - PRESENÇA CONFIRMADA
Secretário-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – SCMED
Henrique Uchio Tada - PRESENÇA CONFIRMADA
Presidente-Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – ALANAC
Omilton Visconde Júnior
Presidente do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos – SINDUSFARMA
Sérgio Mena Barreto
Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias - ABRAFARMA

PAUTA DO SENADO FEDERAL

TERÇA-FEIRA (27)

10h - CPI da Pandemia

1ª, Reunião - Semipresencial
Finalidade: Instalação e eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e indicação do relator.

Sem previsão de sessão nas outras comissões do Senado.



16h – Plenário Senado Federal

PL 1.343/2021 - Dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário sejam utilizadas na produção de vacinas contra a covid-19 no Brasil.
Autor: Senador Wellington Fagundes
Relator: Senador Izalci Lucas. Pendente de parecer.

PL 1.169/2021 - Estabelece a regulamentação de criação do conselho consultivo de saúde para determinar que medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública devem se embasar em evidências científicas, em análises sobre informações estratégicas e em diretrizes de órgãos colegiados especializados.
Autor: Senadora Rose de Freitas
Relator: Senador Confúcio Moura. Pendente de parecer.

PL 415/2015 - Altera a Lei Orgânica da Saúde para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia e determinar a aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise.
Autor: Senador Cássio Cunha Lima
Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho. Pendente de parecer.

PL 1.136/2021 - Prevê a obrigatoriedade de vacinação diária, inclusive aos finais de semana e feriados, como medida excepcional para controle de epidemias e em estado de calamidade pública.
Autor: Senador Chico Rodrigues
Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves. Pendente de parecer.

PL 32/2016 - Dispõe sobre o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas com o tratamento de saúde das vítimas de acidentes de trânsito por parte do condutor de veículo que cometer os crimes de homicídio ou lesões corporais, sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.
Autor: Senador Wellington Fagundes
(Discussão, em turno único)
Relator: Senador Fabiano Contarato. Pendente de parecer.

PL 2.442/2020 - Estende o prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal e sobre o acesso facilitado a cuidados intensivos e à internação em leitos de UTI enquanto perdurar a pandemia da Covid-19.
Autora: Deputada Federal Jandira Feghali
Relatora: Senadora Rose de Freitas. Pendente de parecer.

PL 1.052/2020 - Permite a contratação dos pais de menores com deficiência, assim como de seus responsáveis legais, quando não houver, no município da prestação dos serviços, pessoas com deficiência habilitadas para a admissão nos moldes do referido dispositivo legal.
Autor: Senador Vanderlan Cardoso
Relator: Senador Otto Alencar. Pendente de parecer.



EVENTOS VIRTUAIS

QUARTA-FEIRA (28)

9h - Seminário Internacional de Proteção de Dados | A Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia realizará, nesta quarta-feira, o **Seminário Internacional de Proteção de Dados**, com a pauta **Once only, but privacy first: A interoperabilidade como fomento do Governo Digital, viabilizada tendo a privacidade como requisito**, que terá a seguinte programação:

9h - 9h10 – Abertura
Luis Felipe Salin Monteiro – Secretário de Governo Digital do Ministério da Economia
Diogo Costa - Presidente da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/ME

Palestras:
9h10 - 9h30 – Barbara Ubaldi - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE
9h40 - 10h – Siim Sikkut (Estonia)
10h10 - 10h30 - Ash Smith - Government Digital Service - GOV.UK
10h40 - 11h – Gileno Barreto - Diretor Presidente (CEO) – Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro

11h10 - 11h40 - Mesa Redonda
SGD: Luis Felipe Salin Monteiro - Secretário
ANPD: Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior - Diretor-Presidente
ANPD: Miriam Wimmer – Diretora
CGU: Valmir Gomes Dias - Ouvidor-Geral da União
TCU: Ricardo Akl - Auditor Federal de Controle Externo



EVENTOS VIRTUAIS

QUARTA-FEIRA (28)

Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) |
Quarta-feira, 9 horas | Videoconferência

Os Grupos de Trabalho 34 e 47 do Confaz, dedicados, respectivamente, aos temas ‘Substituição Tributária’ e ‘Reforma Tributária’, se reúnem virtualmente nesta quarta-feira das 9 às 18 horas.

QUINTA-FEIRA (29)

Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) |
Quinta-feira, 9 horas | Videoconferência

Os Grupos de Trabalho 34 e 47 do Confaz, dedicados, respectivamente, aos temas ‘Substituição Tributária’ e ‘Reforma Tributária’, se reúnem virtualmente nesta quinta-feira das 9 às 18 horas.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC BRASIL

AGENDA DA SEMANA

ESTADOS
SEMANA 26/04 A 30/04





AGENDA LEGISLATIVA

ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS

ALMG. PL 1637/2020 (Utilities - Utilites/cobranca) - Dispõe sobre medidas de proteção à população durante a vigência do Decreto 113, do governador do Estado, em razão do novo coronavírus.

Situação: Apensado ao PL 2589/2021 (Price - Taxation (preventivo)), de autoria de Cleitinho Azevedo (Cidadania), que Dispõe sobre a proibição de tributos e tarifas no Estado.

ALEAP. PL 64/2020 (Suspensão da negativação / covid-19) - Dispõe sobre a proibição da inclusão do nome de consumidores nos cadastros e serviços de proteção ao crédito, no período de calamidade pública.

Situação: Aprovado em discussão única. Aguarda publicação da redação final.

ALES. MSG 44/2021 - Veto Total ao PL 54/21 (Consumidor - cobrança de dí vida) – Estabelece critérios no Estado do Espírito Santo para a cobrança de dívidas dos consumidores, na forma que especifica.

Situação: Protocolado parecer jurídico contrário ao veto. Aguarda encaminhamento à CCJ.



AGENDA LEGISLATIVA

ALESP. PL 112/2021 (Cartório - Central de atendimento) - Institui o atendimento centralizado dos serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Protestos de Títulos e outros Documentos de Dívida no Estado.

Situação: Aprovado em primeira discussão, aguarda inclusão na Ordem do Dia para segunda

ALEPE. PL 2041/2021 (Cartório) - Dispõe sobre Centrais Eletrônicas dos Serviços Notariais e de Registro no âmbito do Estado de Pernambuco.

Situação: Aprovado em primeira discussão, aguarda inclusão na Ordem do Dia para segundadiscussão.

ALPB. PL *2242/2020* (Sac - chamada de video para surdos) - Dispondo sobre a obrigatoriedade das empresas centrais de atendimento telefônico, serviço de atendimento ao cliente (SAC) e congêneres aderirem método de atendimento de chamada de vídeo para pessoas surdas, no âmbito do estado da Paraíba.

Situação: Aprovado parecer favorável na Comissão de Pessoas com Deficiências.

ALPB. PL *2734/2021* (Suspensão de negativação - empréstimo consignado) - Dispõe sobre a proteção ao consumidor em caso de inadimplemento involuntário em

AGENDA LEGISLATIVA

razão do cumprimento de legislação estadual.

Situação: Aprovado parecer favorável na CCJ. Aguarda encaminhamento à Comissão de Direitos Humanos.

ALPB. PL 2734/2021 (Suspensão de negativação - empréstimo consignado) - Dispõe sobre a proteção ao consumidor em caso de inadimplemento involuntário em razão do cumprimento de legislação estadual.

Situação: Aprovado parecer favorável na CCJ. Aguarda encaminhamento à Comissão dos Direitos Humanos.

CLDF | Plenário - 27/04 às 15h. Pautado, como Item 39, para discussão única do veto total ao PLC 37/2020 (Suspensão da negativação / covid-19), que dispõe sobre a suspensão dos procedimentos de inscrição de créditos na dívida ativa e ajuizamento de execuções fiscais no prazo de vigência de estado de calamidade pública no âmbito do Distrito Federal.

CÂMARAS MUNICIPAIS

CMSP. PL 807/2017 (Proteção de dados pessoais) - Dispõe sobre a política municipal de proteção de dados

pessoais e da privacidade no âmbito da administração pública direta e indireta no município de são paulo e dá outras providências.

Situação: Designado ver. Fernando Holiday (s/ partido), como relator na Comissão de Finanças e Orçamento.

NOTÍCIAS

SANTA CATARINA. Plenário aprova projeto que revoga medidas cautelares contra Julio Garcia (PSD).

RIO DE JANEIRO (Cidade). Proteção de dados pessoais é tema de discussão no legislativo carioca.

RIG | Relações Institucionais e Governamentais

CNDL FCDL CDL CDL SPC

INFORMAÇÕES

André Pellizzaro
(11) 3549 6800 ramal 8885

Bianca Robles
(11) 3549 6800 ramal 6277 | (11) 98257-4403

Karoline Lima Santos Pereira
(61) 3213 2000 ramal 2095 | (11) 98819-0387

Marco Antônio Corradi
(61) 3213 2000 | (37) 98405-1313

E-mails: rig@spcbrasil.org.br | rig@cndl.org.br

Com informações da Câmara e Senado Federal. Consultorias Vector, Action e Radar Governamental.



INFORME RIG

Relações Institucionais e Governamentais

